



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0267/16	DATA: 14/04/2016	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões;	INÍCIO: 10h27min	TÉRMINO: 11h11min	PÁGINAS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol. Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 3ª reunião.

Indago se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Fernando Monteiro, Relator desta CPI.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo aos Srs. Parlamentares o recebimento de ofício do Deputado João Marcelo Souza, justificando sua ausência na reunião realizada por esta CPI no dia 5 de abril de 2015.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos. Informo aos senhores que a pauta da presente reunião foi construída a quatro mãos, de comum acordo com o Relator, para que possamos seguir o plano de trabalho acatado pelo colegiado.

Os dois primeiros itens da pauta são os requerimentos remanescentes da pauta da reunião realizada ontem, dia 12 de abril.

Passa-se à deliberação dos requerimentos.

Requerimento nº 44/16, do Sr. José Rocha, que “requer seja solicitado a Tintas IQUINE — Indústrias Químicas do Nordeste, o envio de cópia de todos os contratos firmados com o Esporte Clube Vitória, na Bahia — ECV, no período de 2007 a 2013”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado José Rocha, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu faço esse requerimento para atender alguns conselheiros e vários torcedores do Esporte Clube Vitória, porque foi levado ao conhecimento público na Bahia que



havia alguns títulos de sócios do Esporte Clube Vitória em nome dessa empresa, o que é proibido por lei e pelo estatuto do clube. O presidente do clube não forneceu esses dados ao Conselho, o qual tenho a honra de presidir. Espero contar com a colaboração de todos.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Não tem vista.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Não tem vista?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Não tem vista.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Com todo o respeito que eu tenho ao Deputado, é um requerimento que trata de uma questão pontual do Vitória, cuja equipe eu conheço. O meu sobrinho inclusive jogou no Vitória, o famoso Vanderson “Pitbull”.

Acho que esse requerimento dá particularidade ao Deputado, já que ele é conselheiro do Vitória e tem conhecimento abrangente. Penso que esta Casa deveria pensar sobre o trâmite desse requerimento, porque nós estamos aqui investigando a máfia do futebol. Eu não sei se essa máfia está no Vitória. Essa é a minha preocupação como Parlamentar, com o devido respeito que eu tenho pelo Deputado José Rocha, um Parlamentar brilhante, com uma grande atuação. Esse é o meu posicionamento como Parlamentar nesta Casa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Eu quero dizer ao ilustre Deputado, a quem respeito muito, que no Vitória não tem máfia — o Vitória não tem máfia. O Vitória é um clube que se respeita nacionalmente. Fui Presidente do clube e sou Presidente do Conselho. Então, quero logo retirar de pronto...

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Mas, veja bem...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Meu caro Deputado, eu lhe ouvi atentamente, peço que possa me ouvir.

O que eu quero, meu caro, Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é que nós tenhamos a informação dos contratos. O contrato tem que ser público e deve ser público. O futebol tem que ser dirigido com transparência. O que nós queremos aqui é a transparência. Não há nada a ser encoberto. Reitero essa questão, bem como solicito aos colegas compreensão para que possamos aprovar esse requerimento.



**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Sr. Presidente, eu não disse que tem máfia no Vitória. Eu disse que nossa CPI é sobre a máfia do futebol. Foi isso que eu disse. O Vitória é um clube respeitado, grande. Com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado José Rocha, acho que ele como Presidente do Conselho tinha que obter essa resposta da diretoria. S.Exa. é Presidente de um Conselho e ex-Presidente do clube.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Justamente, Presidente.

**O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE** - Eu acho que o posicionamento dele é importante. Mas o que eu vejo? Vejo que nós temos que pautar aqui questões em âmbito nacional e internacional, questões fundamentais que nós possamos buscar através desta Comissão, como por exemplo, saber como anda a CBF, a FIFA, questões maiores do futebol.

Eu estranho o fato de um Deputado, que é Presidente de um Conselho, apresente um requerimento pedindo dados do clube que ele presidiu.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Justamente. Essa sua perplexidade também é a minha. Já solicitei essa informação, e o clube não me responde. Esta é a oportunidade que nós temos de ter essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Márcio Marinho.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria desejar-lhe bom dia, ao Deputado Fernando Monteiro e a todos os colegas da CPI da Máfia do Futebol. Ao mesmo tempo, quero fazer um cumprimento todo especial ao nobre Deputado e amigo José Rocha, do meu Estado, o Estado da Bahia.

O que nós estamos aqui discutindo, Sr. Presidente, como já foi dito aqui pelo Deputado Hélio Leite, é a CPI da Máfia do Futebol. Com todo o respeito ao Deputado José Rocha, a meu ver, não cabe trazer uma questão regional para esta Comissão, porque estamos tratando da máfia do futebol. Eu acho que não poderíamos nem de longe pensar em trazer para o debate desta CPI o Clube Vitória nesta CPI, na qual estamos discutindo alguns crimes, desmandos, desvios de recursos.



Essa é a minha opinião. Peço ao Deputado José Rocha que compreenda que nós temos vários meios domésticos para ir atrás dessas informações que S.Exa. já pediu, como aqui informou, à diretoria do Vitória sobre os contratos. Pode-se procurar essas informações via Justiça. Como S.Exa. informou que não há nenhuma máfia no Vitória, o clube não se furtaria a conceder essas informações.

Eu gostaria de apresentar minha posição, que não é pessoal ao Deputado José Rocha, que não encaminharei favoravelmente à aprovação desse requerimento.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Pois não, Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Em princípio, quando vi esse requerimento, pensei de forma similar aos nossos dois colegas que me antecederam. Há alguns presidentes de clube que no momento em que colocam o traseiro na cadeira acham que aquilo pertence a eles. É a mesma coisa que está acontecendo no País. E eu já passei por isso também no clube onde sou Conselheiro.

É o momento de passarmos o futebol a limpo. Eu acho que quando chegar uma carta lá, um ofício, com um pedido de informação, a pessoa vai ficar preocupada: *“Vou lá, vou sentar na cadeirinha e a cuíca vai roncar.”* Então, acho que não custaria nada, para começarmos a fazer com que as coisas andem direito, também mandar alguns requerimentos. É uma coisa muito simples, mas para as pessoas que estão lá é importante. E para a torcida, que nunca sabe o que acontece, também é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Mais algum Deputado quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Roberto Góes.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Sr. Presidente, senhoras e senhores que prestigiam esta sessão, eu entendo perfeitamente a preocupação do Deputado José Rocha, porque eu já tive oportunidade de ser Presidente de clube também. Às vezes, encontramos dificuldades na transição.

Muitos contratos, principalmente os que são feitos com grandes empresas de publicidade — Nike, Chevrolet, *Globo* —, a maioria desses contratos tem uma



cláusula de sigilo. Eu acompanhei a CPI do Futebol no Senado, já há decisão judicial sobre a não divulgação desses contratos, que não deve ser o caso do Deputado José Rocha. Infelizmente, é um absurdo haver contrato ainda sob sigilo, mas a Constituição Federal permite, a Constituição do País permite que haja isso.

Então, no mais, mesmo entendendo o posicionamento do Deputado Hélio Leite e do Deputado Márcio Marinho, eu irei apoiar o requerimento, votando a favor dele. Vejo que o requerimento é só de esclarecimento. E é importante que esta Comissão, independente de fatos, esteja aqui para apurar tudo sobre o futebol brasileiro. Eu acho importante também focarmos mais os requerimentos de informação sobre o BNDES, sobre as arenas, sobre as obras que foram feitas para receber a Copa do Mundo.

No mais, queria agradecer V.Exa. o espaço. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, eu também me sinto muito constrangido em não votar o requerimento que pede informações pelas razões aqui já alegadas pelo Deputado José Rocha. Eu acho que todo o contrato tem que ser transparente, a não ser em situações excepcionalíssimas. Mas a legislação brasileira, o ordenamento jurídico brasileiro não pode proteger qualquer tipo de contrato numa atividade que é de interesse público. Esse é o meu ponto de vista. Mas compreendo e me associo às preocupações do Deputado Hélio Leite e de outros que se manifestaram, porque, se formos trazer, digamos assim, a porosidade das questões regionais, locais e municipais, nós vamos perder o foco da CPI.

Então, eu vou acompanhar o requerimento do Deputado José Rocha. E V.Exa., Sr. Presidente, poderia fazer um apelo, uma recomendação para que doravante nós possamos evitar questões pontuais, que podem ser resolvidas no âmbito de cada Estado. Inclusive, no recurso à Justiça, isso pode ser feito. Eu vou votar a favor, mas espero que, daqui para frente, possamos realmente evitar essas questões, porque, senão, nós não vamos dar conta, e vai haver uma perda de objetivo na nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Vou passar a palavra para o Deputado Márcio Marinho. Na sequência, para o Deputado Otávio Leite.



**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Sr. Presidente, eu só quero deixar claro que não tenho nenhuma relação com o Vitória Futebol Clube, até porque o meu time de coração, na minha terra, na minha Bahia, é o Bahia. Então, não tem nada a ver. Às vezes, pode transparecer que eu tenho alguma relação com o Vitória Futebol Clube, mas não tem nada a ver. Eu só acho que nós teríamos outro caminho para buscar essas informações.

O nome é Esporte Clube Vitória? *(Pausa.)* Nem sei direito o nome, porque não sou torcedor do Vitória, mas eu acho que nós poderíamos, de forma doméstica, resolver e buscar essas informações pelos meios dados pela própria Constituição.

Então, quero mais uma vez ratificar o meu posicionamento — nada contra o Deputado José Rocha — e encaminhar o meu voto contrário a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Passo a palavra ao Deputado Otávio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rapidamente, é óbvio que o tema sugerido pelo Deputado José Rocha se afasta em tese da nossa preocupação focal. Mas, vejam bem, eu faço uma ponderação na qualidade de quem foi Relator da Lei do Futebol, recentemente aprovada.

A lei basicamente propunha duas coisas. Uma delas era permitir que os clubes saíssem do atoleiro financeiro, mediante uma série de obrigações de governança que os clubes passariam a ter que assumir, dentre elas a obrigatoriedade de transparência, de publicação de todos os seus números e por aí vai.

Então, eu penso que a proposta do Deputado José Rocha ajuda a exigir, na verdade, no caso do Vitória — que sirva como exemplo para todos os clubes —, absoluta e total transparência nas suas contas. Então, invocando a recente Lei nº 13.155, eu votarei a favor da proposta do Deputado José Rocha, embora se saiba que não é a nossa diretriz. É óbvio, esse assunto vem com absoluta clareza. Há os documentos, todo mundo vai ver, e por aí vai. Mas os dirigentes de clube precisam saber que tudo tem que ser transparente, que não vale mais caixa-preta no futebol.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Mais algum Deputado quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.



Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Hélio Leite e Márcio Marinho.

Requerimento nº 48, de 2016, do Sr. Major Olimpio, que “requer seja requisitado à Rede Globo de Televisão o encaminhamento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da cópia de todos os contratos de direitos de transmissão firmados entre a Rede Globo de Televisão e a Confederação Brasileira de Futebol — CBF.”

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, eu fiz esse requerimento, porque é preciso, como já foi dito por um colega que me antecedeu, total transparência para o futebol brasileiro, haja vista que, tal qual a política hoje, a desconfiança é total.

Mais do que nunca, faz-se necessário que possamos nos debruçar sobre os contratos de direito de transmissão, acompanhando e verificando como foram realizados. Até já me foi ponderada a questão de esses contratos terem cláusula de confidencialidade, mas faço questão de lembrar o art. 58 da Constituição Federal, que estabelece que as CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo ser até objeto de conhecimento ou conteúdo aos Parlamentares e restrito às assessorias. Entretanto, precisamos, sim, requisitar esses contratos para que, ao longo do tempo, respeitando o rito estabelecido pelo Relator e que nós aprovamos, haja o momento em que vamos debater o conteúdo desses contratos.

Por isso, eu encareço aos nobres membros da CPI a aprovação desse requerimento, para que possamos ter esse conteúdo e para que, em momento futuro, até haja um requerimento de convite de um diretor específico, que à época fez a assinatura desses contratos, para prestar esclarecimentos aos representantes do povo, aos Srs. Deputados desta CPI, sobre as cláusulas e o conteúdo desse contrato.

Por isso, eu encareço a aprovação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Em discussão.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Goulart.

**O SR. DEPUTADO GOULART** - Sr. Presidente, o Deputado Major Olímpio é meu grande amigo. Tenho respeito e admiração muito grandes pelo trabalho dele, haja vista que eu já tive oportunidade de apoiá-lo para Deputado Federal.

Ontem, na última reunião, eu havia conversado um pouco com ele. Eu tinha um requerimento similar ao dele, que transformei. Em vez de pedir para a Rede Globo, pedimos para as entidades. E esses contratos chegarão aqui, porque existem realmente esses contratos de confidencialidade entre a contratante e a contratada. Certamente, eles não virão por intermédio da Rede Globo, mas virão por intermédio da CONMEBOL, da CBF e da FIFA.

Foram feitos e aprovados os meus requerimentos, que vários outros Deputados assinaram em conjunto. O Deputado Major Olímpio havia se ausentado por alguns instantes da Comissão e não estava aqui para assiná-los junto. Então, eu pondero que ele poderia ser autor também desses requerimentos, o que não impede, uma vez estando aqui os contratos, que seja convidado o diretor que os assinou, para que ele venha discutir os contratos em nosso poder.

Então, é só essa a ponderação que eu queria fazer, mas, aí, a decisão depende do Deputado Major Olímpio. Caso ele mantenha sua posição, eu não tenho nenhuma dúvida de que vou votar com ele. Mas eu acredito que os contratos não virão por intermédio da *Globo*, e, sim, por intermédio das entidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu passo a palavra ao nobre Deputado José Rocha e, na sequência, ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, esse caso, por exemplo, não se assemelha ao do requerimento da nossa autoria, tendo em vista a cláusula de confidencialidade existente nesse contrato, de que o outro não dispõe.

Eu apelo para o ilustre Deputado Major Olímpio a fim de que ele retire esse requerimento da pauta de hoje, para que possa haver um entendimento maior em relação a essa questão, e, aí, nós seguiríamos para a pauta seguinte.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Deputado Major Olímpio: nós podemos solicitar essa documentação à CBF, porque ela é uma entidade que recebe verbas. Há inclusive uma rodada da loteria de que vai dinheiro para a CBF. Então, a CBF tem obrigação, sim, de fornecer a documentação, até porque recebe verbas públicas, e, se ela vier pela CBF, não precisa vir pela Rede Globo, que é uma empresa privada. Eu acho que nós poderíamos obter o mesmo êxito exigindo isso da CBF, e não tratando dessa maneira com a Rede Globo, porque esse não é o nosso objetivo. Nosso objetivo é o contrato, e a CBF é obrigada a dá-lo, porque recebe verbas públicas, e a *Globo*, não. Essa é a minha ponderação.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - É o contrário, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Márcio Marinho e, na sequência, ao Deputado Otávio Leite.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Eu gostaria de falar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Depois, passarei a palavra ao Deputado Roberto Góes.

Com a palavra o Deputado Márcio Marinho.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Presidente, eu vou seguir o mesmo pensamento anterior. Nós estávamos aqui discutindo um problema de informações do contrato regional do Estado da Bahia, do Vitória. Como que nós — há algumas pessoas que votaram a favor, pedindo informação do contrato em âmbito regional — vamos deixar de buscar uma informação de uma empresa que tem uma relação direta com a CBF? Nada contra a Rede Globo, mas há dois pesos, duas medidas. Então, eu acho que nós temos que ponderar os nossos posicionamentos aqui na Comissão, porque nós não podemos tratar a mesma doença com remédios diferentes. Eu penso dessa forma.

Portanto, eu quero seguir a compreensão do Deputado Major Olímpio e votar de modo favorável ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Roberto Góes.



**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Na verdade, a CBF não recebe e nunca recebeu recurso público nem recurso de loteria. Quem recebe recurso de loteria são os clubes.

A *Globo* é uma concessão pública que presta um serviço para a sociedade e recebe recurso também do Governo, de Prefeituras e da iniciativa privada para divulgar os programas, fazer as publicidades. Então, a CBF não recebe recurso público.

Por isso, eu acho que nós temos que emprestar muitos documentos da CPI do Futebol — tudo que está sendo discutido aqui já foi discutido no Senado: para que não possa, aqui ou acolá, alguém entrar com uma ação judicial e a CPI, não digo fique desmoralizada, mas aprove coisas que vão do nada para lugar nenhum.

Esse não é o caso do requerimento do Deputado Major Olimpio, mas, na minha concepção, eu voto contra ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, eu acho que todos concordamos com a intenção do eminente Deputado Major Olimpio: esses contratos precisam vir à CPI. E qual o caminho, o percurso mais fácil? É óbvio que é através da CBF, como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, nosso corregedor regimental, que, pela sua experiência, sempre traz à luz soluções para certos impasses em Comissões e no plenário. Ele disse o seguinte: *“É muito mais factível obterem-se esses documentos junto à CBF”*.

A CBF tem um múnus público. Ela vive da comercialização de algo que não é dela, é dos brasileiros, a camisa canarinho, que é comercializada, por meio de patrocínios, e, com isso, a CBF sobrevive. Então, há um vínculo direto.

É evidente que a chamada cláusula de confidencialidade pode ser invocada, e nós não podemos ficar prisioneiros disso, nós temos que ter esses documentos aqui. Então, eu incorporaria ao requerimento, se o Deputado Major Olimpio assim entender, a figura da CBF, que é de onde eu acho que nós podemos extrair esses documentos.



Agora, nada obsta depois chamar o representante da *TV Globo* para falar, porque o foco da nossa CPI são as malversações dos tais contratos realizados no exterior e que foram transmitidos no Brasil.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Presidente, eu peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Roberto Góes, peço só um instante. Eu vou passar a palavra, pela sequência, ao Deputado Evandro Roman e, logo depois, para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN** - Sr. Presidente, eu quero manifestar o meu apoio a esse requerimento, levando em consideração vários aspectos. Primeiro, a CBF é uma instituição privada de interesse público, mas eu acho que transparência é a palavra do momento. Nós precisamos ter agora a tranquilidade, a serenidade de trazê-la. Quem não tem o que esconder não tem medo de vir até aqui e de esclarecer situações. Existe muita fantasia, muita história.

No período que eu vivi dentro da própria arbitragem, falava-se muita coisa. E havia uma grande luta da classe dos árbitros, eles tinham muitas reivindicações.

Então, é o seguinte: se não há o que esconder, não tem porque não trazer os contratos, para deixá-los claros e expô-los aqui. Realmente, essa é a vontade dos Parlamentares, até porque uma das grandes funções que nós temos nesta Casa é a de fiscalizar. Agora, vamos ver até onde nos compete ou não ir. A partir deste momento, quem vai nos julgar é a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Roberto Góes. Na sequência, falará o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES** - Sr. Presidente, mais uma vez, esses contratos muitas vezes são feitos entre a Globo e os clubes. A CBF organiza a competição, mas os valores pela transmissão são repassados diretamente aos clubes. Então, nós precisamos tomar pé da situação, do que pode e do que não pode, até para nós depois não sermos contestados lá na frente.

Não tenho nada contra o requerimento do Deputado Major Olímpio. Eu acho que todos os requerimentos de informação são bem-vindos nesta Casa. Agora, nós precisamos ter o assessoramento técnico da Comissão — e, aí, eu falo em meu nome também, porque eu acho que isso é importante — até para sabermos onde podemos avançar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente, analisando o requerimento do Deputado Major Olímpio, parece-me que nós já estamos antecipando o julgamento sobre essa questão dos contratos.

O requerimento é um mero pedido de encaminhamento de informações sobre contratos que todos sabem que existem, e esta CPI não pode antecipar um zelo excessivo porque trata da Rede Globo de Televisão. A Rede Globo, como as demais emissoras, é concessão pública e deve estar submetida aos olhares absolutamente transparentes. O País vive um momento em que não cabe qualquer tipo de zelo excessivo em relação à transparência.

Precisa-se ter noção do que são esses contratos. Portanto, não vejo nenhuma razão para se fazer qualquer óbice a esse requerimento, que, repito, pede cópia dos contratos de transmissão entre a *Globo* e a Confederação Brasileira de Futebol, no País do futebol. Quer dizer, esta CPI não pode prescindir desta informação. Se fosse junto à CBF, também não haveria problema. Agora, o requerimento é para a Rede Globo.

Não há por que se fazer qualquer tipo de retoque, a meu juízo, no requerimento porque se pede uma informação sobre uma coisa que é objeto obrigatório da preocupação desta CPI: os contratos de transmissão com a Rede Globo e com todas as demais outras emissoras. Nós precisamos saber como é isso. Aliás, a sociedade brasileira precisa saber.

Evidentemente, se houver alguma cláusula que, por conta de decisão das cortes brasileiras, já tenha pacificado o entendimento de que esteja sob sigilo ou sob o abrigo, sob o manto da Justiça de não serem reveladas, claro que isso vai ser poupado na informação, por essa razão. Agora, não me parece que nós devamos declinar de aprovar esse requerimento por conta de uma preocupação que eu acho que não cabe para quem está com uma missão de investigar e de ter as informações de forma muito transparente.

Eu voto favorável a este requerimento do Deputado Major Olímpio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Márcio Marinho.



**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Só para corroborar, eu acho que, com relação ao requerimento do Deputado Major Olimpio, do ponto de vista pessoal, não vejo nenhum problema. Ele deixa bem claro aqui: *“...sendo para tanto necessário que as cópias de todos os contratos que foram realizados entre a Confederação Brasileira de Futebol e a Rede Globo de Televisão, detentora do direito de transmissão dos principais torneios de futebol, sejam remetidos a esta Comissão (...)”*.

Se não existe nenhum problema, se há a transparência — que eu acredito que haja — não vejo, de forma alguma, dificuldade nenhuma de nós aprovarmos esse requerimento, até porque, certamente, essas informações contratuais da CBF com a Rede Globo nortearão muitas ações nossas dentro desta CPI da Máfia do Futebol.

Então, mais uma vez, ratifico o meu posicionamento de apoio e aprovação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Mais algum Deputado quer fazer o uso da palavra? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, o objetivo desse requerimento é instrumentalizar esta CPI no objeto da sua apuração. Em bom português, o que abunda não prejudica. Então, se outros requerimentos já falaram em solicitação à CBF, à CONMEBOL, eu só não entendo por que isso.

Até o Deputado Roberto Góes deixou muito bem claro: o contrato é feito entre a Rede Globo e os clubes de futebol. De repente, nós vamos pedir à CBF, e a CBF vai falar: *“Não, eu não tenho isso aí. Isso aí é uma relação entre o clube e a televisão”*.

Eu estou fazendo essa solicitação para que isso seja objeto de análise. Eu não estou fazendo avaliação prévia em relação a nada, até porque nós esperamos encontrar, nesses contratos, lisura de procedimento, cumprimento das regras de direito. Mas eu não vejo uma razão lógica para que não se faça o pedido. Há uma parte do contrato... E repito: cláusula de confidencialidade não é justificativa para



uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem todas as prerrogativas e o amparo legal das autoridades judiciais.

Então, eu encareço aos nobres pares. Não retiro uma vírgula em relação ao conteúdo. Não vou adicionar. Então, vamos pedir aqui para a CBF também. Já tivemos requerimento aprovado nesse sentido, mas eu entendo que uma das partes que figura nesse contrato tem a obrigação, independentemente da força que possa gerar, do nosso reconhecimento em relação ao trabalho realizado.

Também não estamos questionando a lisura dos contratos, mas uma CPI que não possa passar, avaliar e até identificar eventuais irregularidades em quaisquer das coisas em relação ao futebol brasileiro? Eu não acredito em nada com relação ao futebol brasileiro hoje, com relação à CBF, com relação ao que envolve o futebol, ao relacionamento dos clubes, aos proprietários — como foi dito — de clubes de futebol, que acham que realmente isso faz parte do seu patrimônio.

Então, eu só encareço aos pares que nós não tiremos a legitimidade da CPI de cumprir a sua obrigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Mais algum Deputado quer fazer uso da palavra?

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Eu cheguei um pouco atrasado. Peço desculpas. Não consegui chegar antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudivio Carvalho) - Por favor, faça uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Eu não tive tempo de ouvir todos os debates. Eu não sei se já foi perguntado se o pedido se refere a todos os contratos, desde sempre. Eu imagino que haja contratos. E há outras emissoras que têm contrato com a CBF para transmissão? Já houve algum tipo?

Não sei se alguém já falou sobre isso. Eu gostaria de...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Em relação aos contratos que são objeto desta CPI. No pedido da CPI, há delimitação.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Não diz isso o seu requerimento, Deputado.



**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Mas eu o estou esclarecendo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Talvez fosse importante ficar registrado...

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Então só se acrescente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - ...que são os contratos que estão sendo objeto de investigação nos foros que esta CPI está acompanhando.

É isso, Deputado Major Olimpio? (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - O requerimento do Deputado Major Olimpio diz o seguinte:

*“Requer seja requisitado à Rede Globo de Televisão, o encaminhamento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da cópia de todos os contratos de direitos de transmissão firmados entre a Rede Globo de Televisão e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).”*

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - É isso que eu estou dizendo. Não é específico para os contratos que o próprio Deputado está agora nos esclarecendo.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Sr. Presidente, esclareço melhor: em relação a todos os contratos firmados, sim, pela Rede Globo de Televisão com a CBF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Todos?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - De maneira universal?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Todos eles, então. V.Exa. não quer colocar temporalidade nisso — todos.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Na totalidade, V.Exa. os quer receber. É isso.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Todos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Com o devido respeito ao Deputado Major Olimpio, eu queria propor, então, o voto que signifique o envio dos contratos que dizem respeito ao nosso objeto de investigação.



**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Diante da ponderação mais do que lúcida do nobre Parlamentar, eu substituo o termo “*todos*” pela expressão “os *contratos objeto desta CPI*”, para que não paire nenhuma dúvida em relação a isso.

Deputado Silvio, eu agradeço a intervenção de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES** - Eu é que agradeço, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem.

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados José Rocha, Roberto Góes, Arnaldo Faria de Sá, Otávio Leite e Márcio Marinho.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Quero aprová-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Ah, o seu voto é para aprová-lo?! *(Pausa.)*

Então, sem “Deputado Márcio Marinho”.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Atenção: verificação de votação!

Vamos preparar o painel, nobre Deputado, para que possamos, então, fazer a votação.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Muito bem.

Vamos, então, à verificação de quórum no painel eletrônico.

O painel está aberto para a votação. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE** - Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Pois não, Deputado Otávio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE** - Eu vou seguir a bancada do PSDB, ao lado do meu amigo Deputado Silvio Torres. Acolhendo as ponderações, eu vou votar “sim”.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Continua aberta a votação.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu pergunto: todos os Deputados já votaram? *(Pausa.)* Todos? *(Pausa.)* Não falta ninguém registrar o voto? *(Pausa.)*

Foi concedida a verificação.

Não há quórum.

Nada mais havendo a tratar, encerrarei a presente reunião, antes convocando este colegiado para a reunião que será realizada no dia 26 de abril, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, em plenário a ser definido.

Está encerrada a reunião.

A todos os senhores um bom dia e um bom final de semana!